



- Garantia de acesso a terra que combata a mercantilização, a especulação imobiliária, os despejos forçados de comunidades pobres e a privatização dos serviços públicos, considerando que MORADIA É DIREITO, É POLITICA EMANCIPATÓRIA E NÃO É MERCADORIA;

No Programa Minha Casa Minha Vida

- Inversão da política de subsídio com ampliação da faixa 1, em função do perfil do déficit habitacional;
- Controle social de todas as etapas do programa, com a participação dos movimentos sociais na elaboração, execução de projetos, e respeitando os processos de autogestão e cooperativos;
- Abertura da Faixa 1 e meio para a atuação das entidades e da autogestão, no campo e na cidade;
- Melhor localização dos empreendimentos com incentivo para a utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade.
- Respeito às diversidades socioculturais dos povos do campo, floresta, águas e cidades, às diversidades territoriais, socioambientais e regionais na produção de moradia popular;

No Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

- Definição de meta para os 2 anos do programa MCMV Entidades, com 300 mil unidades habitacionais;
- Consolidação do Comitê de Monitoramento das Entidades do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, composto pelo MCidades, CAIXA e Movimentos Populares.
- Revisão dos normativos do programa com participação, valorizando a organização dos movimentos;
- Manutenção e aprimoramento das modalidades de compra antecipada e assistência técnica;
- Fortalecimento da autogestão na produção habitacional;
- Destinação de áreas da SPU e INSS para habitação popular, para as entidades do MCMV Entidades.

No Programa Minha Casa Minha Vida Rural

- Retomada imediata das contratações do Faixa 1, com critérios para qualificação dos empreendimentos que serão contratados;
- Garantia de contratação das demandas qualificadas das entidades nacionais pertencentes ao Comitê Rural do Ministério das Cidades;
- Formalização do comitê rural e estabelecimento de um calendário de reuniões para 2017;
- Permissão para que beneficiários contemplados em programas habitacionais anteriores possam ser atendidos, para reforma ou para construção, priorizando quem está morando no meio rural.

Saneamento

Contra qualquer forma de privatização dos serviços do saneamento

Conflitos Fundiários Urbanos

- Retomada da política de prevenção aos conflitos, com monitoramento e participação do governo federal na mediação de conflitos;
- Garantia de indenização pela posse com reassentamento e moradia digna para as Comunidades vítimas de remoções por grandes projetos de desenvolvimento urbanos ou rurais

Controle Social e Participação

- Respeito ao calendário e às atribuições do Conselho Nacional das Cidades;
- definição da realização da 6ª. Conferência Nacional das Cidades;
- Retomada da discussão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano



Por isso, que neste dia 30 de março de 2017, o Campo e Cidade se levantam para dizer: Fora Temer e Nenhum Direito a Menos! Moradia Digna, Já!

São Paulo, 30 de Março de 2017